



José Pastore

O futuro do trabalho com a IA

A Inteligência Artificial (IA) está sendo uma fonte de preocupações. Não é para menos. Ao lado dos avanços trazidos, a IA é capaz de criar notícias falsas, gerar pânico, desestabilizar economias e até governos. Além disso, ela ameaça destruir os empregos dos profissionais qualificados – advogados, contadores, tradutores, professores, pesquisadores e outros. Mas a IA também cria novas e boas oportunidades de trabalho. Qual será o seu efeito líquido?

Nos países avançados, o risco de destruição de empre-

gos é alto devido ao fato de existir muitas atividades que envolvem profissionais qualificados. Mas esses países têm uma alta capacidade para aproveitar as novas oportunidades de trabalho. Nos países em desenvolvimento, dá-se o inverso. O risco é menor, mas a capacidade para aproveitar oportunidades é limitada.

Mauro Cazzaniga e colaboradores criaram um “índice de preparação” para classificar os países no enfrentamento dos impactos da IA no mercado de trabalho (*Gen-AI: artificial intelligence and the future of work*, Washington: FMI, 2024).

Ao examinar a situação de 33 países em vários níveis de desenvolvimento, o Brasil ficou em 16.º lugar. Está no meio da escala de prepara-

Qualidade da educação é fator primordial na preparação para mudanças

ção, ou seja, tem um menor risco de destruição de empregos, mas enorme dificuldade para aproveitar as novas oportunidades, especialmente para os mais velhos e os

menos educados. Os mais jovens e mais educados terão mais facilidade, seus salários subirão e, como consequência, a desigualdade social aumentará ainda mais. É um efeito pernicioso da IA em todos os países.

A qualidade da educação é um fator primordial na preparação para as mudanças. Mas os valores sociais e a estrutura institucional também pesam. Por exemplo, a profissão de juiz corre um alto risco de substituição dos magistrados pela IA, mas raras serão as sociedades que permitirão que isso ocorra no curto prazo.

Para os países em desenvolvimento, os autores recomendam melhorar a qualidade da educação e da regulação da IA e do trabalho. São três áreas desafiadoras. Na educação, a revogação da reforma do ensino médio do Brasil foi um retrocesso. A regulação da IA caminha a passos lentos no Congresso Nacional. E a regulação trabalhista da Lei 13.467/2017 precisa ser completada para abrigar as novas formas de trabalhar. ●

PROFESSOR DA FEA-USP E MEMBRO DA ACADEMIA PAULISTA DE LETRAS. É PRESIDENTE DO CONSELHO DE EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO DA Fecomércio-SP

SEG, Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles (revizam quinzenalmente) • TER, Demi Getschko (quinzenalmente) • QUA, Fábio Alves • SEX, Elena Landau e Laura Karpuska (revizam quinzenalmente) e Pedro Doria • DOM, José Roberto Mendonça de Barros (quinzenalmente) e Afonso Celso Pastore (quinzenalmente); Roberto Rodrigues (2º domingo do mês), Albert Fishlow (3º domingo do mês) e Gustavo Franco (último domingo do mês)

CONSULADO AMERICANO

LEILÃO DE MATERIAIS

31/01 ÀS 11H ONLINE











SODRÉ SANTORO
 @SODRESANTORO
 LEILAOSODRESANTORO
 (11) 2464-6464
 (11) 97777-1244
WWW.SODRESANTORO.COM.BR



SODRÉ SANTORO

LEILÕES PRESENCIAIS E ONLINE

Mariana Luoro Sodré Santoro Balochio, Leiloeira Oficial JUCESP nº 641

Trabalho aos domingos e feriados Regulamentação

Governo vai reeditar portaria com novas regras

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ontem que o governo vai reeditar a portaria que regulamenta o trabalho do comércio aos domingos e ferias-

dos. As mudanças incluem a definição das atividades que vão precisar, ou não, de convenção coletiva para permitir o trabalho nessas datas.

A decisão foi tomada após reunião com representantes dos trabalhadores e das empresas. “Nós fizemos o ajuste de todo o texto da portaria, e ela

será republicada. A portaria vai resgatar o respeito à Lei 10.101, que estabelece que, aos domingos, o funcionamento do comércio está autorizado”, disse Marinho.

A redação da nova portaria, segundo ele, deve ser finalizada nesta semana e será subme-

tida ao crivo de representantes dos empregadores e trabalhadores. A expectativa é que a publicação ocorra em fevereiro, e as novas regras terão vigência imediata. O ministro também reiterou que a portaria não vai gerar desemprego.

● FERNANDA TRISOTTO/BRASILIA